

Capitalismo, natureza e utopia*

Capitalism, Nature and Utopy

Guilherme RIBEIRO**

O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo.
Elmar Altvater. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [2005], 363 p.

Em uma resenha, não é fácil fugir do ponto de vista disciplinar que ainda baliza fortemente nossas reflexões. Obviamente, ainda bem que nem sempre a leitura de uma obra é motivada por questões disciplinares. No caso em questão, *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*, livro do marxista alemão Elmar Altvater publicado entre nós pela Civilização Brasileira em 2010, porém cuja edição original data de 2005, atraiu-nos de início tanto pela temática em si quanto pelas menções ao historiador francês Fernand Braudel¹ na “orelha”, na introdução e no prefácio – este último assinado por Paul Singer. Chamando a atenção para a “tese” de Braudel de que o colapso do capitalismo só seria possível graças a um golpe *exterior* e não em função de crises *internas*, Altvater se propõe a “ampliar o programa formulado por Braudel pela busca das contradições que amadurecem e se acirram no interior das sociedades” (ALTVATER, 2010 [2005], p. 23).

Eis aqui nossa primeira surpresa: Altvater passa a impressão de que Braudel é um autor *interessado no fim do capitalismo*, o que, de fato, não faz qualquer sentido no âmbito da obra do historiador francês. Braudel não é um intelectual que norteou suas pesquisas sobre história econômica a partir da tese do fim do capitalismo. Não me parece que isto encontre correspondência em nenhum momento de sua vastíssima obra. Aliás, a concepção braudeliiana de capitalismo (vide RIBEIRO, 2011b) e sua interpretação do processo histórico guardam determinadas especificidades

que contradizem frontalmente a perspectiva marxista sustentada por Altvater.

Embora Altvater esteja longe de ser um marxista ortodoxo, muito pelo contrário – vide, por exemplo, os elogios à economia solidária *à la* Singer, bem como a rejeição de uma revolução *classista* –, e levando em consideração as possibilidades de articulação da teoria marxiana com as abordagens braudelianas (guardadas as devidas proporções, evidentemente, conforme apontam os trabalhos de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Carlos Antonio Aguirre Rojas), tudo indica que ele desconheça a historiografia braudeliiana como um todo. Não por acaso, durante todo o livro seu “diálogo” com o francês, se limita a repetir a tese do fim do capitalismo por um golpe externo. Quando o questiona, tudo indica que ele parece mesmo não ter compreendido o que Braudel concebia por capitalismo (ALTVATER, 2010 [2005], p. 164).

Na bibliografia, as referências a Braudel restringem-se apenas a dois dos três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*. Ele não discute a originalidade dos andares braudelianos (vida material, economia de mercado e capitalismo), nem tampouco a reprovação do francês para com mudanças históricas bruscas graças, principalmente, à ênfase na *longa duração*. Embora suas pesquisas sobre a trajetória do capitalismo e sobre os métodos de pesquisa em Ciências Humanas sejam, a nosso ver, extremamente *avant-garde*, em termos *políticos* Brau-

* Essa resenha é parte integrante da pesquisa pós-doutoral “A Geografia como epistemologia territorial”, apoiada pela CAPES.

** Doutor em Geografia (UFF com *sandwich* pela Universidade de Paris - Sorbonne – Paris IV). Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: geofilos@ig.com.br

¹ Autor que tem sido objeto de nossas investigações (RIBEIRO, 2006, 2008, 2011, 2011a).

del é um intelectual *conservador* (REIS, 1994; FONTANA, 1998 [1982]; RIBEIRO, 2010).

O tom alarmista do livro – “não existe um futuro na estrada do regime energético fóssil. A transição para uma ‘sociedade solar’ é inevitável” (ALTVATER, 2010 [2005], p. 135) – diz respeito à defesa de seu argumento central: caso insista na manutenção do petróleo enquanto principal fonte energética, o capitalismo possui os dias contados. Mesmo que saibamos o grau de polêmica e as opiniões dissonantes em torno deste debate², partindo de uma interessantíssima abordagem da relação sociedade-natureza, isto é, sem dicotomias e sem receio de sustentar a relevância da natureza para a compreensão da vida social, Altvater descreve os efeitos ambientais negativos de um modo de produção assentado na produção de mercadorias em escala mundial e na exploração de matérias-primas fósseis, tais como carvão (durante a Revolução Industrial) e petróleo. Para ele, a tríade *racionalismo, capitalismo e fossilismo* (ALTVATER, 2010 [2005], p. 136 e p. 277) vem tornando a vida na Terra um verdadeiro caos. De conflitos geopolíticos à questão da gestão dos rejeitos, do efeito-estufa ao empobrecimento e à informalidade do trabalho nas grandes cidades – as páginas 294-296 são bastante ricas sobre a função e a natureza do mercado informal –, tudo gira em torno de uma dinâmica econômica cuja lucratividade se produz através da degradação da natureza.

Nesse sentido, ainda que não o comente, Altvater parece discordar não da sustentabilidade, mas do *desenvolvimento sustentável*. No capítulo V, “Crescimento lubrificado com petróleo” (p. 149-171), ele trata o crescimento econômico como um “fetiche” e aponta o “paradoxo do discurso do crescimento nos limites ecológicos”:

Hoje o crescimento está igualmente inscrito como discurso não meramente ideológico, mas como um mecanismo de coação inerente ao conjunto de fatos das relações sociais, da produção, do consumo e do mundo vivido. Mas ele não pode mais ser aumentado nos limites financeiros, ecológicos, econômicos e sociais da mesma forma como ainda foi possível no início do capitalismo industrial-fossilista (ALTVATER, 2010 [2005], p. 170).

Contudo, Altvater ilumina um lado da questão pouco explorado: se geralmente o desenvolvimento sustentável tem se apresentado como um consenso no âmago mesmo do capitalismo, ele revela que empresas e negócios ancorados na matriz fossilista não querem a mudança para o que ele denomina de “sociedade solar”, ou seja, uma sociedade baseada nos recursos renováveis. O “imperialismo do petróleo” (p. 252-255), a “petroestratégia” (p. 255-259) e os “petrodólares” (p. 209) possuem muitos, e poderosos, defensores. Por exemplo, os Estados Unidos, que possuem o enorme privilégio de pagar o petróleo com sua própria moeda, o dólar.

O julgamento de Altvater sobre o capitalismo é válido: ele vai contra as ideias hegemônicas, o pensamento único, a ausência de alternativas. No capítulo VI, “A radicalização de contradições internas: repressão financeira e crises financeiras” (p. 175-218), há uma bela exposição sobre a indissociabilidade entre economia e política. A economia não é uma atividade *meramente econômica*, mas um jogo geopolítico em cujo comando estão os Estados Unidos desde 1945. Em sua análise, a economia não se submete à “mão invisível”, mas sim aos discursos e às práticas assaz hábeis de políticos, bancos centrais e organismos internacionais. Outro ponto a ser destacado são os desdobramentos negativos do capital financeiro (quebra de empresas, desemprego, informalidade, ataques especulativos) sobre a economia como um todo. Mesmo que num primeiro momento para os investidores a “economia monetária” seja mais atraente do que a “economia real” (ALTVATER, 2010 [2005], p. 207-208), Altvater não cai na armadilha da completa autonomia do capital financeiro diante do capital industrial – o que nos parece fundamental na oposição a retóricas que pregam o fim do trabalho, o pós-industrialismo, “sociedades do conhecimento” e afins. Não por acaso, ele integra a Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC). Nos últimos dois anos, a falência bancária nos Estados Unidos e sua repercussão mundial apenas confirmaram suas observações.

De todo modo, o mais surpreendente em *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo* é a interlocução com a Geografia. Afinal, como

² Chesnais e Serfati, por exemplo, assumem outra posição. Segundo eles, a crise ambiental representa “uma crise para a humanidade, uma crise da civilização humana; mas, no que tange ao capitalismo, as coisas não podem ser analisadas tão simplesmente. A ou as crise(s) ecológica(s) planetária(s), cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são os produtos do capitalismo, mas nem por isso são fatores centrais de crise para o capitalismo. [...] Não compartilhamos a ideia que, pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento enquanto capitalismo” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 4-5).

o próprio autor reconhece, existe uma tradição sociológica – e, diríamos nós, uma tradição nas Ciências Humanas *lato sensu* – onde, “em regra, a relação social com a natureza é colocada além do horizonte do conhecimento e quase sempre também além do horizonte da curiosidade teórica. O limite da natureza afigura-se um bloqueio de desenvolvimento pelo qual muitas possibilidades são excluídas” (ALTVATER, 2010 [2005], p. 336).

Aqui, sua *démarche* converge com a apreciação de Edward Soja acerca da negligência das Ciências Humanas para com o espaço em virtude do predomínio do tempo e do historicismo no pensamento moderno (SOJA, 1993 [1989]). Embora não mencione o geógrafo norte-americano, Altvater de fato impressiona: mencionando a geopolítica de Ratzel, Haushofer e Kjellén (p. 72 e p. 222-224), lança mão de autores como o italiano Lucio Gambi, o brasileiro Bernardo Mançano Fernandes e, principalmente, o britânico David Harvey, citado amiúde durante todo o livro no que se refere às funções do espaço para a reprodução do capital em tempos de globalização (vide, p. ex., p. 168-169).

Destarte, nos deparamos com expressões como *geo-economia*, *geoestratégia* e *movimentos socioterritoriais*. Todas elas situam no centro da reflexão o papel não só econômico e político, mas também *epistemológico*, da categoria *território*. Efetivamente, cada ano que passa confirma a aguda capacidade analítica de Milton Santos que, em 1993, apontava o “retorno do território” como imperativo no entendimento do mundo contemporâneo (SANTOS, 1994 [1993]). Numa passagem de Altvater que, aliás, em muito se assemelha às de Santos, lemos:

A sociedade necessita do território, e os movimentos sociais sempre devem reapropriar-se dele, contrariando as estratégias da desapropriação fomentadas pelo neoliberalismo. Uma sociedade é sempre a totalidade dos nexos locais, nacionais e globais que se entrecruzam no território. Por isso a solidariedade sempre se refere a essas muitas camadas, conforme mostram Kössler e Melber (2002). Ela estende-se, portanto, do território local até o espaço global (ALTVATER, 2010 [2005], p. 317).

Seja para os capitalistas ou para os movimentos sociais, o *território* é essencial. Seu papel político reside no fato de que o processo histórico é, entre outros aspectos, um processo de conquista e de expropriação de territórios (ver p. 222-223). Quer estejamos tratando da expansão marítima

e comercial europeia, do colonialismo ou da globalização, o território continua no centro das atenções. Propriedade, recursos naturais, habitação, cultura... enfim, não se pode *prescindir* do território. Uma sociedade solar pautada em uma economia *solidária* (vide aqui as referências a Paul Singer, p. 318-319), conforme defende Altvater, passa por uma relação com o território bem distinta daquela à qual estamos habituados:

A economia solidária é obra de movimentos sociais no seu empenho em reapropriar o espaço e o tempo. Por isso esses movimentos também podem ser chamados de “movimentos socioterritoriais” [...] Nos conflitos socioterritoriais surgem espaços públicos então inexistentes. [...] A socialização é o resultado de atividades sociais configuradas em redes no espaço territorial. [...] o movimento de resistência italiano, a *resistenza*, administrava os territórios por ele conquistados, ocupados e defendidos com autonomia criando, assim, estruturais estatais alternativas antes da refundação do Estado italiano depois da Segunda Guerra Mundial” (ALTVATER, 2010 [2005], p. 303-304).

Enfim, embora *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo* talvez não apresente nenhuma grande novidade, estamos diante de um esforço que possui seus méritos. Trata-se de um marxismo atento ao seu tempo e, portanto, sem ilusões quanto ao fato de uma revolução classista ou de uma postura desenvolvimentista às avessas, tal como vimos ocorrer com a URSS. É verdade que, por vezes, a argumentação do fim do capitalismo por conta dos recursos fósseis perde visivelmente o fôlego; no limite, afirmações como as de que “uma ordem estável só poderá surgir depois do fim do regime energético fóssil com fundamento em energias renováveis” (p. 224) pode, inclusive, ser tomada como portadora de extrema ingenuidade – lembrando um pouco, inclusive, a crença de Kant na razão e na civilização e sua visualização de uma “paz perpétua entre as nações” (KANT, 2008 [1795]). A despeito disso, sua insistência em refletir sobre os limites do capitalismo no tocante à natureza, o apelo por uma interpretação crítica e alternativa da história e por uma sociedade mais equânime recobrem o livro de uma mensagem de beleza e utopia.

Não será esse um dos papéis mais pertinentes dos intelectuais? Afinal, quem deseja abolir, do pensamento, a *utopia*?

Referências

- ALTVATER, Elmar. [2005] *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*, n. 16, p. 1-40, 2003.
- FONTANA, Josef. [1982] *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- KANT, Immanuel. [1795] *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias Braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. *Geographia* (UFF), n. 15, ano 8, p. 87-114, 2006.
- _____. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel*. Tese (Doutorado) – PPGeo-UFF. Niterói, 2008.
- _____. A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico. *Confins* [On line], Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 10, p. 1-20, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6592>>. Acesso em: abril de 2010.
- _____. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 1, p. 67-83, jan.-mar. 2011.
- _____. Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico. *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México, n. 74, p. 58-73, 2011a.
- _____. A valorização do espaço. Capitalismo e Geografia em Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme – XV-XVIII siècles. *Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, v. 24, n. 47, p. 5-27, 2011b.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia de. (Orgs.). [1993] *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 15-20, 1994.
- SOJA, Edward. [1989] *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Recebido em novembro de 2011.

Aceito em abril de 2012.

Publicado em junho de 2012.